

## Painel

SILVIO NAVARRO (interino) painel @uol.com.br

## Plano de voo

O presidente Lula determinou ontem aos ministros que preparem uma "prestação de contas" sobre programas em andamento e agendou para a próxima quinta-feira uma reunião com toda a equipe da Esplanada. A ideia é ter em mãos já neste mês números atualizados e previsões para elaborar a plataforma eleitoral de Dilma Rousseff, assim como traçar uma agenda de inaugurações de obras pelo país.

No encontro, segundo seus auxiliares, Lula pretende ouvir uma resposta definitiva dos ministros que deixarão o governo para disputar as eleições. Ele também pediu um perfil detalhado de quem são os secretários-executivos das pastas, prováveis herdeiros dos cargos na reta final do governo.

**Timing.** Reunidos num jantar antecorrente na casa da ministra Dilma Rousseff, o seleto grupo engajado na pré-campanha definiu dois momentos cruciais neste início de ano: o congresso do PT (18 de fevereiro) e a despedida da Casa Civil, no "minuto anterior ao prazo de definido em lei".

**Prioridades.** Enquanto o PSOL assiste incomodado à aproximação dos verdes com os tucanos no Rio, um dirigente do PV, de olho no tempo de televisão que a coligação pode dar a Fernando Gabeira, retruca: "Isso não é a preocupação do momento".

**Cláusula.** O comando verde já impõe condições à aliança: não há hipótese de o vice de Gabeira ser ou ter ligação com o DEM. O PSDB já artiou nomes: o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha, o prefeito de Duque de Caxias, Zito, ou a vencedora Andrea Gouvêa.

**Isola.** De volta à cena após dias de fervor do escândalo do mensalão, José Roberto Arruda foi evitado pelos demais governadores e prefeitos na cerimônia do PAC da Copa.

**Foto.** Antes do início dos discursos, espalhou-se tensão entre os governadores para saber quem se sentaria ao lado de Arruda. O premiado foi Jaques Wagner (PT-BA).



**Dr. Dolittle.** O deputado ACM Neto (DEM-BA) foi surpreendido ontem por um vereador que chegou a seu escritório com um jacaré, encontrado ferido numa rodovia.

**Luto.** Foi Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência, quem comunicou à família de Zilda Arns que ela era uma das vítimas do terremoto que devastou o Haiti.

**Roteiro.** Lula tinha viagem programada ao Haiti na segunda quinzena de fevereiro.

**Memória 1.** Uma das principais divergências de Zilda Arns com o governo Lula ocorreu logo após a eleição de 2002, quando do lançamento do Fome Zero. Ela criticava a distribuição de cupons prevista no programa porque eles "poderiam levar à corrupção".

**Memória 2.** À época, Zilda sugeriu: "É melhor dar diretamente o dinheiro às mulheres, que têm uma inteligência difusa maior". Dois anos depois, o decreto que criou o Bolsa Família ordenou que o titular do cartão deve ser preferencialmente a mulher.

**Meio termo.** Não foi preciso muito suor para convencer Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) a chegar a um acordo sobre o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos. De um lado, não interessava a Jobim colar sua imagem à defesa de militares que praticaram tortura. Do outro, tampouco Vannuchi almejava sair do contencioso com a pecha de revanchista.

**Baú.** O deputado tucano Eduardo Gomes (TO) recolhe assinaturas de líderes dos partidos na Câmara para instalar uma comissão destinada a analisar o texto do programa de direitos humanos. O grupo também ficaria encarregado de juntar projetos já existentes que tratam dos temas contidos no texto, há anos engavetados na Casa.

com LETÍCIA SANDER e MALU DELGADO

## Tiroteio

O impeto de legislar do governo ultrapassou todos os limites porque esse documento afronta a Constituição em diversos tópicos.

## Contraponto

### Tempo baiano

O presidente Lula se divertia ontem contando para o governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e um grupo de prefeitos sobre as férias na praia baiana de Inema. Ao narrar as experiências gastronômicas, disse que o ministro Geddel Vieira Lima mandou o prato "cabeça de robalo", feito de caranguejo, à primeira-dama, Marisa Lefebvre. — Bem na hora que eu ia começar a comer chegou o Jaques Wagner... — relatou Lula, sobre os adversários. Cabral fez ar de preocupado, ao que Lula emendou: — Mas fui logo avisando que ele não poderia comer porque era presente do Geddel... No dia seguinte, Wagner enviou um cesto de acarajés.

Lula e Jobim em reunião no CCBB; ontem, os dois se encontraram com Vannuchi para discutir a comissão da verdade



# Lula edita novo decreto para encerrar crise com militares

Pressionado por Jobim, presidente retirou a expressão 'repressão política' do texto

## NOVA VERSÃO

Após polêmicas, governo edita decreto para mudar texto sobre comissão da verdade

### COMISSÃO DA VERDADE

#### COMO ESTAVA O TEXTO

"Elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua comissão nacional da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política"

#### COMO FICARÁ

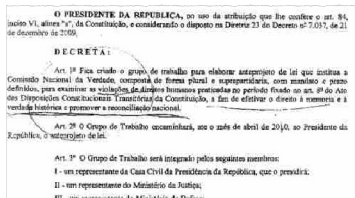
"Fica criado o grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei que institua a comissão nacional da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos (...) "

#### O QUE É

A comissão foi proposta no 3º Programa de Direitos Humanos e tem como objetivo apurar crimes cometidos na ditadura. Os militares queriam alterar o plano para que a esquerda também fosse investigada

#### A MUDANÇA

Com a retirada da expressão "repressão política", fica estabelecida a apuração da violação aos direitos humanos durante a ditadura, genericamente, sem especificar de quem e de que lado



## NOVO DECRETO

Documento, que será publicado amanhã no "Diário Oficial da União", mostra a supressão do termo "repressão política"

## OUTRAS POLÊMICAS

Outros pontos divergentes serão discutidos posteriormente, como:

- » Descriminalização do aborto
- » União civil entre homossexuais
- » Adoção por casais homossexuais
- » Audiências públicas antes da reintegração de posse
- » Criação de um ranking dos veículos de mídia comprometidos com os direitos humanos
- » Fiscalização da rotulagem de transgênicos
- » Taxação de grandes poupanças

Outros pontos polêmicos do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos foram mantidos, como o que trata de legalização do aborto

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Pressionado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pelos comandantes militares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou ontem decreto criando grupo de trabalho interministerial que vai elaborar projeto de lei da comissão da verdade sobre a ditadura militar (1964-1985) sem mencionar a expressão "repressão política".

Sem alterar o polêmico decreto que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, alvo de críticas também da igreja, da mídia e de ruralistas, o novo decreto visa encerrar a mais recente crise militar.

A expressão "repressão política" remetia à apuração dos excessos cometidos pelos agentes do Estado, como os torturadores. Sem ela, o alvo da comissão da verdade fica genérico, sem especificar quem e que lado — os torturadores, se a esquerda armada ou se ambos — será investigado pela comissão, conforme solução antecipada pela Folha na segunda-feira.

O anteprojeto de lei deve ser encaminhado ao Congresso em abril, mas o grupo de trabalho poderá ter seu prazo prorrogado, prevê o decreto a ser publicado hoje no "Diário Oficial".

A solução para a crise militar saiu de uma reunião entre os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), na noite de anteontem.

tem, e foi levada ontem de manhã a Lula, que acatou e assinou na hora o novo decreto.

"Da minha parte está tudo resolvido", disse Jobim. Tanto Vannuchi como os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica haviam ameaçado pedir demissão se não houvesse acordo. A solução puramente semântica foi suficiente para acalmar os ânimos.

Ontem, Lula nem sequer falou de outros temas polêmicos do Programa Nacional de Direitos Humanos. Embora ele não concorde em apoiar a descriminalização do aborto nos termos previstos pelo decreto de dezembro, este e outros pontos foram mantidos intactos. Por ora, não há definição sobre mudanças no decreto de dezembro. A maioria das ações não é autopericlitante.

Jobim se concentrou em resolver a questão da comissão da verdade. Os militares julgam que o decreto original criava uma comissão unilateral, para investigar só um dos lados, deixando de fora a apuração de crimes da esquerda armada.

O novo decreto mantém a previsão de identificar "as estruturas utilizadas para a prática de violações dos direitos humanos", mas não fala nada sobre a possibilidade de retirada de nomes de responsáveis por violações de direitos humanos em logradouros públicos. Jobim argumentou com Vannuchi que isso poderia levar a situações até ridículas, quem a destruição de fotos de militares como Castello Branco e Costa e Silva na galeria oficial de ex-presidentes. (ELIANE CANTANHÊDE, SIMONE IGLESIAS E MARTA SALOMON)

## DIREITOS HUMANOS: PETISTA MINIMIZA CRISE ENTRE MINISTROS DEVIDO A PLANO

Lula disse que não chegou à sua mesa nenhum pedido de demissão de comandantes das Forças Armadas e os dois ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) por causa do plano de direitos humanos. "A única coisa que chegou na minha mão foram divergências entre dois ministros, e que foram resolvidas hoje", disse. Para ele, é um "privilegio" ter Jobim e Vannuchi como ministros.

## ANÁLISE

# Sem efeito prático, mudança tira o foco da crise

ELIANE CANTANHÊDE  
COLUNISTA DA FOLHA

Na prática, o novo decreto do presidente Lula e a supressão da expressão "repressão política" não mudam nada. Mas o ministro Nelson Jobim (Defesa) precisava dessa mudança semântica para acalmar a sensível área militar, e o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) entendeu que tudo não passava de uma jogada política para mudar o foco.

O decreto original que criou a comissão da verdade por pouco não veio apurar violações de direitos humanos praticadas no contexto de "conflitos políticos" (o que pegava a esquerda armada) e da "repressão política" (torturadores); foi editado

só com "repressão política" e acabou, ontem, transmitido num novo decreto, sem nenhum dos dois.

Significa duas coisas. A primeira é que a comissão irá (se e quando for mesmo, algum dia) apurar genericamente o período da ditadura, mas cabe ao grupo de trabalho interministerial, primeiro, e ao Congresso, depois, especificar quem, como, onde e porque será afinal investigado. Isso pode durar meses. Ou seriam anos?

Os comandantes militares ameaçaram pedir demissão se a comissão não deixasse de ser "unilateral" e passasse a ser "mais equilibrada". Em entrevista à Folha, Vannuchi reagiu e também avisou que jogaria a toalha se desvirtuassem o texto

a ponto de transformá-lo num "monstro", tratando de forma igual os desiguais — torturadores e torturados.

No final, Jobim usou seus amplos conhecimentos jurídicos de ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e criou uma supressão de palavras para um objetivo mais direto: encerrar já a crise política e empurrar a comissão, a apuração e o confronto entre os dois lados para as calendas.

Ou... para o próximo governo. Ganhe José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PV) ou Ciro Gomes (PSB), nenhum deles conhece, se interessa ou tem algum tipo de simpatia pela área militar.

A tendência é o primeiro decreto, o segundo (de ontem), o

projeto de lei para criar a comissão e a sua tramitação no Congresso formarem um cronograma, literalmente, sem fim. Até que alguém, ou algum parlamentar dito "de esquerda", vá lá cavocar e desencerrar a discussão. Uma discussão que o país dribla há três décadas, mas um dia virá.

E, obviamente, se e quando vier uma comissão da verdade, não vai investigar quem já foi morto, sujeito a choques elétricos, pendurado em pau-de-arara e/ou julgado e condenado arbitrariamente.

Diga o texto o que disser, uma comissão assim só irá apurar o que não se sabe oficialmente: a cadeia de comando da tortura e a história real das mortes e desaparecimentos.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.